

Da tortura ao Júri

Ex-agente da PF defende assassino de Chico Mendes

Marcelo Auler

O Grupo Tortura Nunca Mais irá notificar o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre a existência no quadro da entidade de um ex-torturador de presos políticos, o advogado João Lucena Leal, de 51 anos, registrado na seção de Rondônia sob o nº 52B. Ele hoje é um dos defensores de Darli e Darci Alves da Silva que, até o final do ano, deverão ser julgados, na cidade de Xapuri, no Acre, pela morte do líder seringueiro Chico Mendes, em dezembro de 1988. O Grupo vai cobrar um posicionamento público da OAB

João Lucena, que em 1985, como primeiro suplente do PDS de Rondônia, assumiu uma cadeira de deputado federal, não esconde seu passado de agente da Polícia Federal. Mas ele nega, com veemência, qualquer envolvimento com torturas. Ao tomar conhecimento ontem das acusações do Grupo Tortura Nunca Mais, imediatamente fez ligações com o caso do líder seringueiro assassinado: "Por trás dessas acusações deve estar o pessoal do Chico Mendes".

As negativas do advogado, Cecília Coimbra, secretária da seção fluminense do Grupo Tortura Nunca Mais, contrapõe com uma série de depoimentos prestados por ex-presos políticos na Justiça Militar que um grupo de pessoas, supervisionado pela Arquidiocese de São Paulo, reuniu no documento "Brasil Nunca Mais". Nessa relação, divulgada oficialmente em 1985 — portanto três anos antes do assassinato de Chico Mendes — João Lucena Leal ocupa o 114º lugar na relação de 444 torturadores listados.

O nome dele, na verdade, aparece em quatro listas distintas do documento. Além de estar entre os torturadores, ele é relacionado também como tendo participado de diligências e investigações, de prisões, e de ter pertencido a órgãos de repressão. Essas acusações, Lucena Leal não renega, antes pelo contrário. Até com certo orgulho, ele reconhece ter participado do que chama de "combate ao terrorismo" quando trabalhou na

Polícia Federal do Ceará.

Naquela época estava lotado no DOPS da PF e participou de prisões "mas nunca interroguei ninguém, pois isto era da competência dos delegados. Nós prendíamos e enviávamos para as dependências do DOI-Codi. Acusar é muito fácil", afirma, questionando em seguida: "por que não provaram nada até hoje? Por que essas acusações só começaram depois que saí da Polícia Federal? Eu até hoje nunca respondi a nenhum procedimento disciplinar".

Na documentação levantada junto aos processos que tramitaram na Justiça Militar, pelo menos sete ex-presos políticos apontam Lucena Leal como torturador. Dois deles foram presos em 1970 e os outros cinco, acusados de pertencerem ao PC do B, em 1973. Geraldo Majela Lins Guedes, por exemplo, disse ter sido preso por ele, em janeiro de 1973, em Icó, no interior do Ceará. Foi conduzido pelo próprio Lucena Leal para Fortaleza, indo para um local que até hoje ele ignora. Nesse local assistiu a torturas aplicadas, entre outros, por Lucena Leal, nos presos José Leite Filho e José Tarcísio Crisóstemo Prata.

José Auri Pinheiro, em depoimento prestado em 1973, diz ter sido retirado da sede da Polícia Federal em Fortaleza por Lucena Leal que o conduziu "a um local que entenda seja destinado a torturas". Lá, recebeu choques em várias partes do corpo, inclusive nos testículos, aplicados pelo atual advogado dos assassinos de Chico Mendes. Também apontaram o advogado como torturador os ex-presos Fabiani Cunha, José Jerônimo de Oliveira, José Tarcísio Crisóstemo Prata, Ricardo de Matos Esmeraldo e Paulo Farias Veras.

A secretária do Grupo Tortura Nunca Mais, Cecília Coimbra, isenta todas as pessoas ligadas ao Caso Chico Mendes e ao movimento dos seringueiros de participação na denúncia contra Lucena Leal. Quem identificou no advogado um ex-torturador foi o pastor Jaime Wright e, para nós, isso só mostra que a morte do líder seringueiro "não é nada de pessoal e local como a defesa dos acusados tenta mostrar. Tudo isso nos faz crer que a UDR está envolvida assim como elementos de extrema direita ligados no passado à repressão política".